



**PINE INVESTIMENTOS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022

Senhores Cotistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Pine Investimentos), para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das devidas notas explicativas e do relatório do auditor independente.

A Administração

17 de março de 2023

ATIVO	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	4	3.063	88
Ativos Financeiros	5	1.740	2.322
Títulos e valores mobiliários		1.740	2.322
Ativos Fiscais	6	-	162
Outros Ativos		2.586	2.432
Despesas antecipadas		51	34
Diversos	7	2.535	2.398
TOTAL DO ATIVO		7.389	5.004
PASSIVO	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Outros Passivos		931	180
Fiscais e previdenciárias	8	921	179
Diversas		10	1
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	6.458	4.824
Capital social		4.765	4.765
De domiciliados no país		4.765	4.765
Outros resultados abrangentes		-	(57)
Reservas de Lucros		1.693	116
TOTAL DO PASSIVO		7.389	5.004

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	2° Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		137	256	221
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	11.a	137	256	221
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		-	(96)	-
Operações de Captação no Mercado	11.b	-	(96)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		137	160	221
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		2.596	2.463	(489)
Receitas de prestação de serviços	11.c	3.028	3.028	-
Outras despesas administrativas	11.d	(104)	(186)	(366)
Despesas tributárias	11.e	(457)	(524)	(94)
Outras receitas operacionais	11.f	176	285	70
Outras despesas operacionais	11.g	(47)	(140)	(99)
RESULTADO OPERACIONAL		2.733	2.623	(268)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		2.733	2.623	(268)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12	(1.090)	(1.046)	99
Correntes		(843)	(843)	-
Diferidos		(247)	(203)	99
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		1.643	1.577	(169)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR COTA EM NÚMERO MÉDIO PONDERADO DE COTAS				
Lucro líquido (Prejuízo) por cota		1,84	1,77	(0,19)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PINE INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais - R\$)



	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido (Prejuízo) do semestre/exercício	1.643	1.577	(169)
Outros ajustes abrangentes	-	57	(57)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	95	(95)
Imposto de renda e contribuição social	-	(38)	38
Resultado abrangente do semestre/exercício	1.643	1.634	(226)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		13.385	411	1.632	-	-	15.428
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(169)	(169)
Redução de capital	10.a	(10.378)	-	-	-	-	(10.378)
Aumento de capital	10.a	1.758	(308)	(1.450)	-	-	-
MTM de títulos disponíveis para venda		-	-	-	(57)	-	(57)
Absorção do prejuízo		-	-	(169)	-	169	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		4.765	103	13	(57)	-	4.824
Saldos em 31 de dezembro de 2021		4.765	103	13	(57)	-	4.824
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.577	1.577
MTM de títulos disponíveis para venda		-	-	-	57	-	57
Destinações:							
Reserva legal		-	79	-	-	(79)	-
Reserva estatutária		-	-	1.498	-	(1.498)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		4.765	182	1.511	-	-	6.458
Saldos em 30 de junho de 2022		4.765	50	-	-	-	4.815
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	1.643	1.643
Absorção do prejuízo - 1º semestre		-	53	13	-	(66)	-
Destinações:							
Reserva legal		-	79	-	-	(79)	-
Reserva estatutária		-	-	1.498	-	(1.498)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		4.765	182	1.511	-	-	6.458

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido (Prejuízo) ajustado		1.781	1.584	(333)
Lucro líquido (Prejuízo) do semestre/exercício		1.643	1.577	(169)
Atualização de depósitos judiciais		(109)	(196)	(65)
Impostos diferidos	12	247	203	(99)
Varição de ativos e passivos		1.281	1.391	10.799
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		557	639	10.989
(Aumento) Redução de outros ativos		322	204	(79)
Aumento (Redução) de outros passivos		402	548	(111)
Caixa líquido originado/(aplicado em) proveniente das atividades operacionais		3.062	2.975	10.466
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Redução de capital		-	-	(10.378)
Caixa líquido (aplicado em) atividades de investimento		-	-	(10.378)
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
		3.062	2.975	88
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4	1	88	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	4	3.063	3.063	88

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA ("Pine Investimentos") é uma sociedade limitada, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e tem como objetivo social, principalmente, intermediar, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e organizar, administrar fundos e clubes de investimentos.

As operações da Pine Investimentos são conduzidas no contexto de instituições que atuam integralmente, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras da Pine Investimentos são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

Em atendimento ao CPC 24, informamos que estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Pine Investimentos em 17 de março de 2023, dentre outras providências.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Pine Investimentos são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos
Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa
Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo intangível
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas
Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24 - Eventos subsequentes
Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo imobilizado
Resolução CMN nº 4.747/19 – CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda
Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 41 - Resultado por ação
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 46 - Mensuração do valor justo
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros:

Instrumentos Financeiros

Resolução CMN nº 4.966/21 - com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção contabilidade de hedge, incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A Resolução estabelece a obrigação de remessa ao Bacen de um plano para a implementação da regulamentação prevista na norma. O Pine já iniciou as avaliações sobre os impactos e alterações necessárias.

Em atendimento a ao art. 76, parágrafo único, inciso II, o Banco Pine (controlador da Pine Investimentos), de forma resumida, destaca o plano de implementação da referida resolução:

Conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, estabelecendo novas diretrizes para classificação, mensuração e contabilização de ativos e passivos financeiros, impairment e hedge sendo:

- Classificação e Mensuração;
- Impairment, Cura e Taxa Efetiva; e
- Classificação do Hedge.

O Banco Pine entende que o Plano de Implementação tem como objetivo dar diretrizes para conversão das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen para as Normas Internacionais de Relatório Financeiro Internacional Financial Reporting Standards (IFRS), até janeiro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966/21 Art. 81º e inciso II. Portanto, o Plano de Implementação, não se trata de um plano definitivo e será atualizado conforme necessidade e/ou normativos que serão emitidos pelo Bacen.

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência mensal.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam baixo risco de mudança de valor justo, que são utilizados pela Pine Investimentos para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do Bacen, os títulos e valores mobiliários da Pine Investimentos são classificados na categoria "títulos disponíveis para venda".

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais a DTVM não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários.

d) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

e) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, e Carta-Circular Bacen nº 3.429/10, revogada pela Instrução Normativa nº 319/22 a partir de 1º de janeiro de 2023, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

· Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

· Contingências passivas: é determinado à probabilidade de quaisquer julgamento ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

· Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

g) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social 20%.

A alíquota da CSLL, para distribuidoras de valores mobiliários, foi elevada de 15% para 16% com vigência a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, nos termos da Lei 14.446/22, que altera o Art. 3º, inciso I Lei nº 7.689/88.

h) Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações; determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros; e provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

i) Resultado Não Recorrente

A Resolução BCB nº 2 de 06 de agosto de 2020 estabeleceu que é considerado resultado não recorrente o resultado que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

j) Plano de Contas (Cosif)

A Resolução BCB nº 92/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Pine Investimentos efetuou as devidas alterações, conforme disposto no normativo.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades ⁽¹⁾	3.063	88
Total	3.063	88

(1) Refere-se a disponibilidades em conta corrente no Banco Pine S.A. (controlador).

5. ATIVOS FINANCEIROS

Títulos e Valores Mobiliários	31/12/2022				31/12/2021		
	Valor de Mercado/ Contábil		Total		Valor		Total
	De 1 a 3 anos	Total	de Curva	Marcação a mercado	Total	de Curva	Marcação a mercado
Títulos disponível para a venda ⁽¹⁾							
Carteira própria							
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	2.322	2.417	(95)
Total de títulos disponíveis para a venda	-	-	-	-	2.322	2.417	(95)
Títulos para negociação							
Carteira própria							
CDB - certificados de depósitos bancários ⁽²⁾	1.740	1.740	1.740	-	-	-	-
Total de títulos para negociação	1.740	1.740	1.740	1.740	-	-	-
Total de títulos	1.740	1.740	1.740	1.740	2.322	2.417	(95)

(1) Os títulos classificados na categoria "disponível para a venda" estão demonstrados pelo prazo do papel.

(2) Refere-se a CDB - certificados de depósitos bancários investidos no Banco Pine S.A. (Controlador).

6. ATIVOS FISCAIS

a) Créditos Tributários

Com base na Resolução nº CMN 4.720/19 e a Resolução BCB nº 2/20, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estão compostos conforme abaixo:

	31/12/2022			31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízo fiscal/base negativa	-	-	-	78	46	124
MTM de títulos disponíveis para a venda	-	-	-	24	14	38
Total	-	-	-	102	60	162

b) Obrigações Fiscais Diferidas

	31/12/2022			31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	160	96	256	111	67	178
Total	160	96	256	111	67	178

c) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	162	-
Constituição	1.886	1.386
Reversão	(2.048)	(1.224)
Saldo Final	-	162

Obrigações fiscais diferidas	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	178	152
Constituição	2.614	1.952
Reversão	(2.536)	(1.926)
Saldo Final	256	178

d) Expectativa de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	31/12/2022				31/12/2021			
	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente
Até 1 ano	-	-	-	-	30	18	48	45
De 1 a 2 anos	-	-	-	-	1	1	2	2
De 2 a 3 anos	-	-	-	-	27	16	43	33
De 3 a 4 anos	-	-	-	-	26	16	42	31
De 4 a 5 anos	-	-	-	-	17	10	27	19
Total	-	-	-	-	101	61	162	130

Obrigações fiscais diferidas	31/12/2022			31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
De 8 a 10 anos	160	96	256	111	67	178
Total	160	96	256	111	67	178

7. OUTROS ATIVOS - Diversos

	31/12/2022	31/12/2021
Devedores por depósito em garantia ⁽¹⁾	2.504	2.308
Impostos e contribuições a compensar	1	45
Outros	30	45
Total	2.535	2.398

(1) Em 31 de dezembro de 2022 é representado, principalmente, por R\$2.172 (R\$1.995 em 31 de dezembro de 2021) referente a depósito judicial para execução fiscal.

8. OUTROS PASSIVOS - Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições a recolher	1	1
Impostos e contribuições sobre o lucro	664	-
Provisão para IR e CS diferidos	256	178
Total	921	179

9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existem ativos contingentes.

b) Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza:

A Pine Investimentos obteve decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1º da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação a essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pela Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medida executiva, em relação à qual o Pine apresentou defesa e aguarda decisão definitiva. Em 31 de dezembro de 2022 os depósitos judiciais referentes à COFINS representavam R\$2.172 (R\$ 1.995 em 31 de dezembro de 2021).

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 31 de dezembro de 2022, os depósitos relativos ao PIS, representavam R\$331 (R\$313 em 31 de dezembro de 2021).

c) Movimentação das provisões passivas:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existem obrigações ou processos classificados em perdas prováveis ou possíveis que requerem, respectivamente, provisão ou divulgação nas movimentações das provisões passivas.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social está representado por 892.300 cotas, no valor nominal de R\$5,34 cada uma (892.300 cotas a R\$5,34 cada cota em 31 de dezembro de 2021).

Em 29 de setembro de 2021 foi autorizada pelo Banco Central a redução de capital de R\$10.378 onde o Capital Social passou a ser R\$3.007, dividido em 892.300 quotas de R\$3,37.

Em 10 de novembro de 2021 foi autorizado pelo Banco Central o aumento do capital de R\$1.758 sendo, R\$ 1.450 de reserva estatutária e R\$ 308 de reserva legal, passando a ser R\$4.765 representado por 892.300 cotas, no valor nominal de R\$5,34 cada uma.

b) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros da Pine Investimentos é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social da Pine Investimentos, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. A Pine Investimentos não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do Estatuto Social, a Pine Investimentos deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Pine Investimentos. Ademais, a Pine Investimentos poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Pine Investimentos.

O saldo de reserva estatutária excedente ao referido limite estabelecido no Contrato Social da Pine Investimentos será submetido a deliberação dos cotistas em reunião de sócios.

11. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de operações com títulos de renda fixa	253	256	382
Despesas de operações com títulos de renda fixa	(116)	-	(161)
Total	137	256	221

b) Operações de Captação no Mercado

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de operações com títulos de renda fixa	-	96	-
Total	-	96	-

c) Receitas de prestação de serviços

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Comissão de intermediação	3.028	3.028	-
Total	3.028	3.028	-

(1) Refere-se à comissão de intermediação na emissão de certificados de recebíveis imobiliários, realizada em 18 de outubro de 2022.

d) Outras Despesas Administrativas

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com serviços técnicos especializados	53	80	127
Despesas com serviços do sistema financeiro	1	2	2
Rateio de despesas administrativas ⁽¹⁾	21	24	6
Despesas de publicações	-	15	28
Outras despesas administrativas ⁽²⁾	29	65	203
Total	104	186	366

(1) Refere-se ao rateio das despesas incorridas individualmente para a manutenção da Estrutura de Gerenciamento junto a controladora.

(2) Em 31 de dezembro de 2022, refere-se, principalmente, a despesa com seguros. Em 31 de dezembro de 2021, refere-se, principalmente, a despesas com sentenças judiciais tributárias.

e) Despesas Tributárias

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
COFINS	127	131	15
PIS	20	21	2
ISS	151	151	-
Outros ⁽¹⁾	159	221	77
Total	457	524	94

(1) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é representado, principalmente, por tributos federais de processo de desmutualização.

f) Outras Receitas Operacionais

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Atualização monetária ativa - depósitos judiciais	109	196	65
Outras receitas operacionais	67	89	5
Total	176	285	70

g) Outras Despesas Operacionais

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com processos de desmutualização	(38)	51	94
Taxas CVM	85	89	5
Total	47	140	99

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL), deduzido as participações no resultado	2.733	2.623	(268)
Alíquota vigente	41%	41%	40%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(1.119)	(1.075)	107
Outros ajustes	29	29	(8)
Imposto de renda e contribuição social	(1.090)	(1.046)	99
Sendo:			
Impostos correntes	(843)	(843)	-
Impostos diferidos	(247)	(203)	99
Despesa contabilizada	(1.090)	(1.046)	99

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	3.063	88	-	-
Banco Pine S.A.	3.063	88	-	-
Ativos Financeiros	1.740	-	253	36
Banco Pine S.A.	1.740	-	253	36
Outros Passivos	(10)	-	(24)	(6)
Banco Pine S.A.	(10)	-	(24)	(6)

14. GESTÃO DE RISCOS

a) Introdução e visão geral

A Pine Investimentos está exposta aos riscos de mercado, liquidez e operacional, os quais são continuamente monitorados e geridos pela área de riscos e pela Administração.

Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da Pine Investimentos está de acordo com as regulamentações no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de mercado, liquidez e operacional é realizado de forma centralizada por unidade independente, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos para o Conglomerado Pine. O objetivo do controle centralizado é prover aos Executivos uma visão global das exposições do Conglomerado Pine, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

No processo de governança de riscos e capital, o Conglomerado Pine estabelece a sua estratégia com o objetivo de garantir nível adequado do apetite a riscos para as exposições assumidas de forma integrada, considerando o monitoramento contínuo do potencial de perdas, com reportes tempestivos e alinhado com a estratégia de negócios e a perpetuidade das atividades da instituição. A estrutura de gerenciamento tem o objetivo de garantir que os riscos sejam identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados em concordância com os objetivos no planejamento de capital.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Pine Investimentos não realizou operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Resultado Recorrente e Não Recorrente

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Pine Investimentos não possuía resultados não recorrentes.

c) Outros Assuntos

O cenário de pandemia causado pelo Coronavírus (Covid-19) desde 2020 exigiu que a Pine Investimentos colocasse em prática medidas de monitoramento contingenciais para amenizar os efeitos que pudessem afetar suas operações e resultados, atuando tempestivamente em resposta ao dinamismo do cenário atual, visando sempre a saúde e bem-estar dos colaboradores, e em consonância com os protocolos do Ministério da Saúde e das demais autoridades. Mais informações sobre o impacto da pandemia podem ser encontradas no relatório gerencial do Consolidado do Banco Pine, disponível no site de Relações com Investidores www.ri.pine.com.

A DIRETORIA

CONTADOR

Johnata Alex Sandro Troquetti - CRC SP 305295/O-0

